



PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO

PARTE COMPLEMENTAR B PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

SÍNTESE PARA CONSULTA PÚBLICA

– Versão Extensa –

Julho 2011

www.arhtejo.pt



Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território



Administração da
Região Hidrográfica
do Tejo I.P.



PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO

PARTE COMPLEMENTAR B - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA (SÍNTESE PARA CONSULTA PÚBLICA)

Este trabalho foi executado na sequência do Concurso Público Internacional por Lotes pelas seguintes empresas:



Projecto financiado



APRESENTAÇÃO

A presente versão do Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Tejo materializa um dos principais produtos do projecto de planeamento dos recursos hídricos promovido pela ARH do Tejo, I.P., que teve início em Maio de 2010. O trabalho técnico foi desenvolvido durante um período de onze meses, no âmbito das cinco áreas temáticas contratualizadas: recursos hídricos superficiais interiores, recursos hídricos subterrâneos; recursos hídricos do litoral, análise económica e avaliação ambiental estratégica e participação pública, com dois meses adicionais para a integração dos vários conteúdos.

O calendário estabelecido para o projecto, integralmente cumprido, teve em conta a necessidade de elaboração de um novo instrumento de planeamento que se constituísse como um verdadeiro plano de gestão, orientador de uma actuação moderna e proactiva da ARH do Tejo, I.P., bem como três aspectos essenciais: a necessidade de resolver o contencioso comunitário relativo ao atraso na publicação dos PGRH, a definição de um período mínimo necessário para a compilação e organização de informação relevante para dar cumprimento ao conteúdo dos planos e os prazos previstos na legislação para o seu ciclo de revisão.

No âmbito do projecto concursado pela ARH do Tejo, I.P. destaca-se o facto de, para além da elaboração do PGRH propriamente dito, estar incluído um conjunto de acções de monitorização do estado das águas, a realização de estudos-piloto que seguidamente serão aplicados a outras sub-bacias, o desenvolvimento de ferramentas de apoio à gestão e a capacitação dos técnicos da própria instituição. Importa salientar que o presente documento resulta do esforço conjunto das várias equipas contratadas em concurso público internacional, nomeadamente da DHV, da Hidroprojecto, do LNEC, do ICCE, do IPIMAR e da Biodesign, de uma equipa interna formada por técnicos da ARH do Tejo, I.P. e por consultores externos. Só foi possível realizar um trabalho de assinalável qualidade e cumprir os prazos contratualmente estabelecidos devido ao extraordinário empenho e elevada competência técnica de todas as equipas envolvidas.

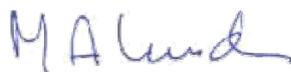
Este processo foi também uma experiência pioneira em Portugal de planeamento participativo, que, indubitavelmente, é o caminho a prosseguir no futuro. Realça-se o papel dos vários parceiros, nomeadamente as Autarquias Locais, as associações profissionais e os sectores de actividade, todo o Conselho de Região Hidrográfica e, de um modo geral, todos aqueles que a título individual, contribuíram das mais variadas formas para o processo, tornando-o mais ajustado à realidade concreta da bacia do rio Tejo.

O PGRH do Tejo será agora objecto de um processo de consulta pública que terá a duração mínima de seis meses. Pretende-se durante este período incentivar o envolvimento de todos os interessados e dar sequência ao trabalho de participação até aqui desenvolvido. Em termos gerais, o processo de consulta pública será objecto de uma avaliação intercalar, no sentido de analisar os resultados, os níveis de participação e as potenciais críticas/sugestões apontadas, de modo a que sejam introduzidas as adaptações necessárias ainda durante o período formal do processo. Como antes referido, volta-se a realçar que a temática da participação pública constitui uma aposta da ARH do Tejo, I.P., consubstanciada pela introdução de uma abordagem profissional assente numa equipa de especialistas vocacionada para pôr em prática as melhores técnicas disponíveis e orientadas para os diferentes públicos.

Na fase de consulta pública o seu contributo e a sua opinião são fundamentais para que o PGRH do Tejo se constitua como um verdadeiro instrumento de planeamento e gestão.

Todos queremos um Tejo vivo e vivo... Ajude-nos a atingir este objectivo com a sua participação efectiva.

O Presidente



(Manuel Lacerda)

A Vice-Presidente



(Simone Pio)

DOCUMENTOS DISPONÍVEIS PARA CONSULTA PÚBLICA

PROCESSO DO PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO (PGRH Tejo)

- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Síntese para Consulta Pública)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Síntese para Consulta Pública) – versão extensa
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Resumo Não Técnico)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo. Parte Complementar A – Avaliação Ambiental (Síntese para Consulta Pública)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo. Parte Complementar B – Participação Pública (Síntese para Consulta Pública)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo. Parte Complementar B – Participação Pública (Síntese para Consulta Pública) – versão extensa
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Repositório de Mapas)

PROCESSO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PGRH Tejo

- Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (Resumo Não Técnico)
- Relatório Ambiental do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo

ÍNDICE

PARTE COMPLEMENTAR B – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
3. EVENTOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DO PLANO	4
3.1. CALENDÁRIO E PROGRAMA PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA.....	4
3.1.1. Objectivo	4
3.1.2. Ocorrência.....	4
3.1.3. Divulgação	5
3.1.4. Implementação.....	5
3.1.5. Produtos.....	5
3.2. QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA.....	6
3.2.1. Objectivo	6
3.2.2. Ocorrência.....	6
3.2.3. Divulgação	6
3.2.4. Resultados / Conclusões	7
3.2.5. Produtos.....	8
3.3. PROJECTO DO PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO	8
3.3.1. 1.ºs Eventos Participativos do Plano	9
3.3.1.1.1.º Fórum de Participação Pública Activa	9
3.3.1.2. Seminários Sectoriais.....	12
3.3.1.3. Outros Eventos Participativos	14
3.3.1.4. Integração dos Resultados dos 1.ºs Eventos Participativos no Plano.....	15
3.3.2. 2.ºs Eventos Participativos do Plano	15
3.3.2.1.2.º Fórum de Participação Pública Activa	16
3.3.2.2. Sessões de Debate	20
3.3.2.3. Outros Eventos Participativos	23
3.3.2.4. Integração dos Resultados dos 2.ºs Eventos Participativos no Plano.....	23
3.3.3. Consulta Pública do Plano.....	24
3.3.3.1. Sessões de Participação Pública	24
3.3.4. Plataforma Electrónica de Participação Pública do Plano.....	25
3.3.5. Filme – Claro como Água.....	26
3.3.6. Estudos Piloto do Plano.....	26
3.3.6.1. Resultados do Processo de Participação Pública para os Estudos Piloto.....	26
4. PROPOSTA PARA O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E DE REVISÃO DO PLANO	27
5. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE BASE	28

FIGURAS

Figura 1.1 – Processo de Participação Pública do PGRH Tejo.....	2
Figura 1.2 – Processo de participação pública prevista na DQA	4
Figura 1.3 – Cartaz	10
Figura 1.4 – Folheto.....	10
Figura 1.5 – Convite.....	10
Figura 1.6 – Acções de divulgação pública	10
Figura 1.7 – Fotografias das sessões.....	11
Figura 1.8 – Visões escolhidas pelos participantes.....	12
Figura 1.9 – Apresentação da 6.ª reunião do CRH	15
Figura 1.10 – Cartaz	17
Figura 1.11 – Folheto.....	17
Figura 1.12 – Convite.....	17
Figura 1.14 – Fotografias das sessões.....	19
Figura 1.15 – Plataforma Electrónica de apoio á Participação Pública.....	26
Figura 1.16 – Filme – Claro como Água	26

QUADROS

Quadro 1.1 – Locais e datas das Sessões Públicas	5
Quadro 1.2 – Número de Participantes e de entidades e municípios envolvidos nas sessões públicas	5
Quadro 1.3 – Locais e datas das Sessões Públicas	6
Quadro 1.4 – Programa de Trabalhos	10
Quadro 1.5 – Presenças nos Seminários Sectoriais	13
Quadro 1.6 – Principais Conclusões - Agricultura, Pecuária e Pescas	13
Quadro 1.7 – Principais Conclusões - Turismo e Actividades Recreativas.....	13
Quadro 1.8 – Principais Conclusões - Energia	14
Quadro 1.9 – Programa de Trabalhos	17
Quadro 1.10 – Programa de Trabalhos	21
Quadro 1.11 – Programa de Trabalhos	21
Quadro 1.12 – Principais Conclusões – Sessão de Debate de Agricultura.....	22
Quadro 1.13 – Principais Conclusões – Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária	23

PARTE COMPLEMENTAR B – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a Parte Complementar B – Participação Pública relativa ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRH Tejo), previsto no Volume II – Relatórios procedimentais complementares da estrutura do conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica (PGRH), conforme Artigo 2.º da Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro.

A referida Portaria estabelece ainda, no ponto 1 do Volume II – Relatórios procedimentais complementares, que “*a parte complementar B dos PGRH é um resumo das medidas de consulta e de informação do público que tenham sido tomadas nos termos dos Artigos 26.º e 84.º a 88.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, bem como da ponderação dos resultados dessas medidas e das alterações resultantes.*”

O processo de Participação Pública relativo ao processo de elaboração dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica, teve início em Fevereiro de 2007, ainda antes da criação das Administrações de Região Hidrográfica (ARH), tendo cumprido os momentos seguintes, conforme evidenciados na figura.

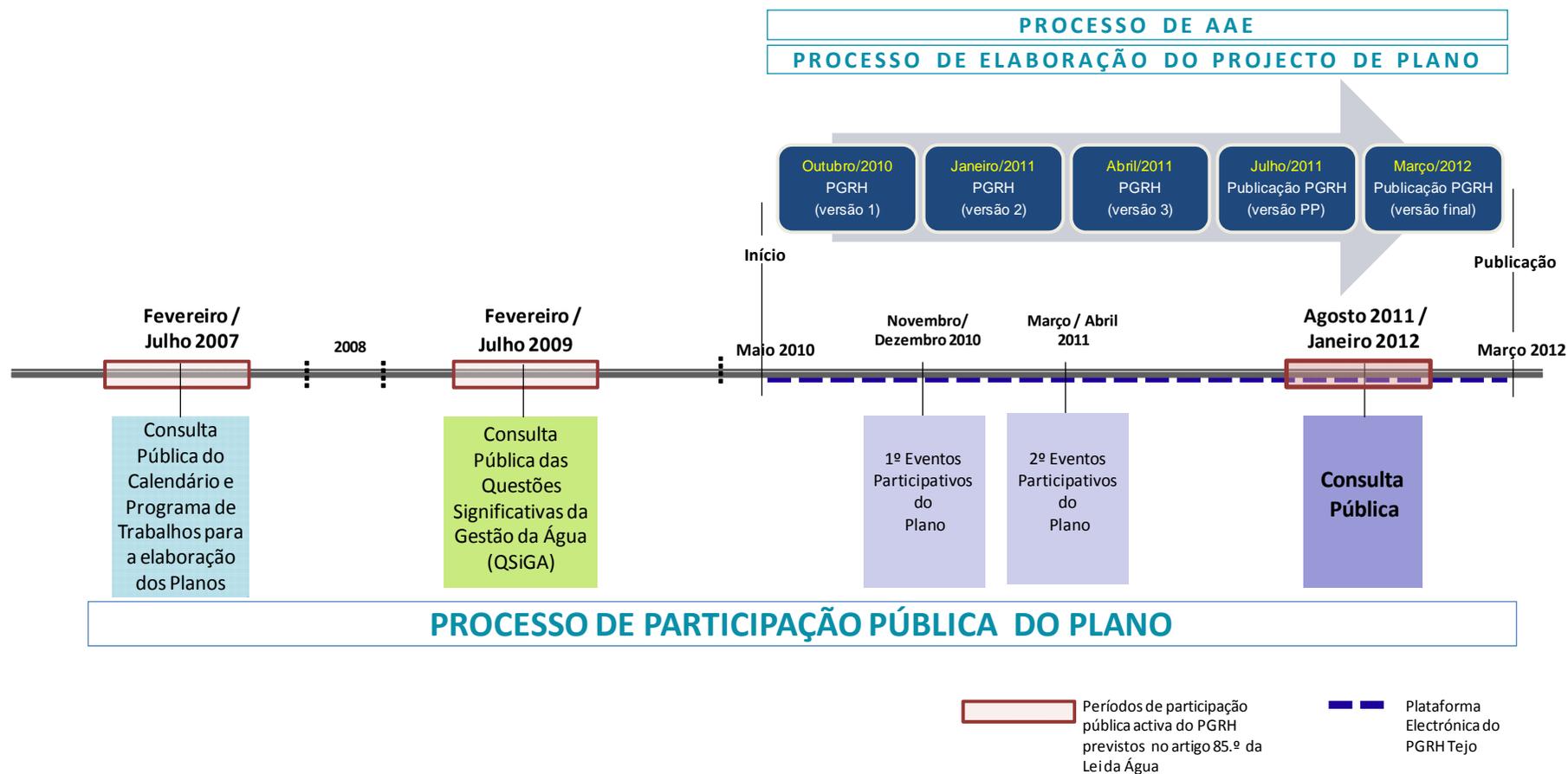


Figura 1.1 – Processo de Participação Pública do PGRH Tejo

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Com a publicação da Directiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, designada por Directiva Quadro da Água (DQA), foi estabelecido um novo quadro de acção comunitária no domínio da política da gestão e protecção dos recursos hídricos, que apresenta como objectivo no seu Artigo 1.º, o estabelecimento de “*um enquadramento para a protecção das águas de superfície, interiores e de transição, das costeiras e das águas subterrâneas*” e cujos objectivos ambientais, estabelecidos no seu Artigo 4.º, deverão ser atingidos até 2015.

A DQA foi transposta para o ordenamento jurídico nacional, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água) e pelo Decreto-lei n.º 77/2006, de 30 de Março, a que corresponde um novo enquadramento ao planeamento da água, com o objectivo de proteger as massas de água e garantir uma gestão sustentável desse recurso.

Constitui assim uma obrigação do Estado, através da Autoridade Nacional da Água (INAG, I.P.) e das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), o estabelecimento de um sistema de planeamento integrado das águas adaptado às características próprias das bacias e das regiões hidrográficas.

O objecto de planeamento foi, de acordo com estes diplomas, alargado a todas as águas superficiais – costeiras, transição, rios, lagos, artificiais e fortemente modificadas – e águas subterrâneas, qualquer que seja o seu regime jurídico, abrangendo, além das águas, os respectivos leitos e margens, as zonas adjacentes e as zonas protegidas.

A Lei da Água veio alterar o anterior enquadramento institucional, no que concerne à gestão das águas a nível nacional (conforme Artigos 5.º a 12.º) e determina no seu Artigo 5.º a criação das ARH, cuja constituição foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, com o objectivo de prosseguirem com as atribuições em matéria de planeamento, licenciamento, fiscalização, monitorização e gestão de infra-estruturas do domínio hídrico nas respectivas regiões hidrográficas. Até as ARH iniciarem o pleno exercício das suas competências a 1 de Outubro de 2008, o INAG, I.P. deteve as competências em matéria de planeamento de recursos hídricos.

A região hidrográfica torna-se, neste novo quadro legal, a unidade de gestão, tendo por base a bacia hidrográfica como unidade principal de planeamento das águas, concretizada em três instrumentos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA).

Os PGRH, instrumentos de planeamento das águas, previstos na DQA e na Lei da Água, têm por objectivo constituírem-se como a base de suporte à gestão, à protecção e à valorização ambiental, social e económica das águas.

Cabe ao INAG, I.P., enquanto Autoridade Nacional da Água, assegurar a nível nacional a gestão das águas e garantir a consecução dos objectivos da DQA/Lei da Água, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 8.º da Lei da Água. No n.º 2 do Artigo 29.º encontra-se estabelecido que o conteúdo dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica é objecto de normas a aprovar nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 102.º do mesmo diploma.

A participação do cidadão na elaboração, avaliação e revisão dos Planos de Gestão é garantida nos termos dos Artigos 26.º e 84.º a 88.º da Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro.

A DQA e a Lei da Água apontam para a necessidade de serem disponibilizados ao público todos os documentos relevantes da elaboração, revisão e actualização dos PGRH, em cada região hidrográfica, existindo períodos específicos de participação em fases determinantes do processo, para envio de contributos e integração dos vários documentos na versão final.

Ao fomentarem a Participação Pública, a DQA e a Lei da Água promovem o aumento da transparência do processo de decisão, defendendo um incremento do envolvimento do público na tomada de decisão acerca dos temas, que directamente os poderão envolver. Pode-se assim afirmar que a Participação na DQA se refere especialmente à

“consulta” e “acesso do público à informação”, encorajando o “envolvimento activo” de todas as partes interessadas na produção, revisão, e actualização dos planos de gestão de bacia hidrográfica.

Esta ideia parte da convicção presente nesta Directiva de que as soluções devem responder às exigências de cada contexto local, e as decisões “devem ser tomadas tão próximo quanto possível das localidades onde a água é afectada e usada”, e a “prioridade deve ser dada à acção no âmbito da responsabilidade do Estado-Membro através do desenvolvimento de programas de medidas ajustados às condições regionais e locais”¹

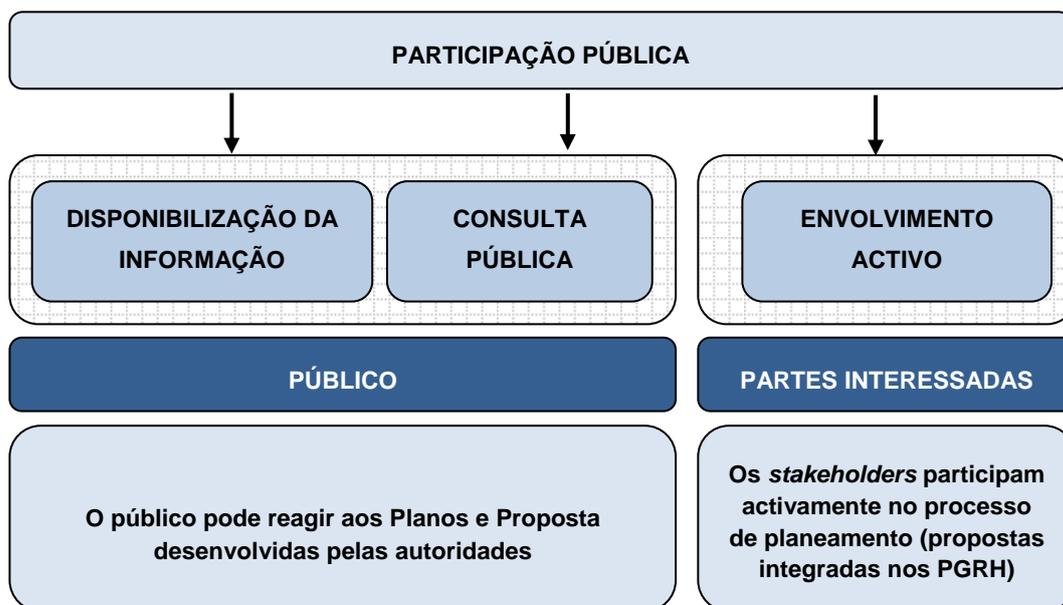


Figura 1.2 – Processo de participação pública prevista na DQA

3. EVENTOS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DO PLANO

3.1. CALENDÁRIO E PROGRAMA PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.1.1. Objectivo

A elaboração deste documento teve por objectivo apoiar e orientar o processo de informação e consulta do público, relativo ao Calendário e Programa de Trabalhos para Elaboração dos PGRH, conforme disposto no Artigo 14.º da DQA e no Artigo 85.º da Lei da Água, que decorreu entre Fevereiro e Julho de 2007.

3.1.2. Ocorrência

O período de consulta pública do Calendário e Programa de Trabalhos para Elaboração dos PGRH, decorreu entre Fevereiro e Julho de 2007.

As sessões públicas de apresentação e discussão do referido documento, abertas a todos os interessados, foram promovidas pelo INAG, I.P., ainda em fase anterior à criação das ARH e abrangeram as áreas geográficas das regiões

¹ Considerações iniciais sobre a Directiva, nº 13, pp 327/2, estabelecendo o Quadro para a acção da Comunidade no campo da política da água.

hidrográficas do Continente, em articulação com o Conselho Nacional da Água (CNA), com os Conselhos de Bacia Hidrográfica (CBH) e com a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), e realizadas, no caso da região hidrográfica do Tejo, nos locais e datas identificados no quadro seguinte.

Quadro 1.1 – Locais e datas das Sessões Públicas

Promotores	Local	Data
Instituto da Água / Conselhos de Bacia Hidrográfica (Vouga, Mondego, Lis, Ribeiras do Oeste, Tejo)	Tomar	10/04/2007
Instituto da Água / Associação Portuguesa de Recursos Hídricos	Lisboa	27/06/2007

3.1.3. Divulgação

A divulgação deste evento de participação pública, foi efectuada recorrendo às seguintes ferramentas: Internet (www.inag.pt), *e-mail*, folheto de divulgação e anúncio em jornais nacionais.

3.1.4. Implementação

Nestes eventos de apresentação e discussão, promovidas pelo INAG, I.P., CNA, CBH e APRH, foram fornecidos os seguintes elementos:

- Folheto informativo;
- Ficha de caracterização do público presente;
- Inquéritos de avaliação da sessão.
- A agenda destas sessões incluiu:
- Apresentação do processo de elaboração dos PGRH e proposta de diploma de planeamento;
- Período de debate / esclarecimentos;
- Apresentação de conclusões / encerramento da Sessão.

No total das sessões públicas realizadas para as diversas regiões hidrográficas estiveram presentes cerca de 280 participantes, tendo ocorrido em Lisboa a sessão mais participada, com 86 participantes, enquanto na sessão de Tomar estiveram presentes 68 pessoas.

O público presente nessas sessões representou cerca de 86 entidades e 9 municípios, de acordo com a distribuição por sessão apresentada no quadro seguinte.

Quadro 1.2 – Número de Participantes e de entidades e municípios envolvidos nas sessões públicas

Sessão	N.º participantes	N.º de entidades representadas	N.º de municípios representativos
Lisboa	86	33	5
Tomar	68	53	4
Total	154	86	9

3.1.5. Produtos

Informação mais detalhada de apoio ao presente evento de participação pública, encontrava-se disponível no documento designado “Calendário e Programa de Trabalhos para Elaboração dos PGRH”.

A avaliação do evento participativo encontra-se desenvolvida no documento “Avaliação do Processo de Participação Pública do Calendário e Programa de Trabalhos para a Elaboração dos Planos de Gestão da Região Hidrográfica”.

3.2. QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA

De acordo com o mesmo quadro legal, foi desenvolvido o procedimento de consulta pública relativo às QSiGA, conforme preconizado na alínea b) do Artigo 14.º da DQA e na alínea b) do n.º 2 do Artigo 85.º da Lei da Água.

Conforme definido no documento “Questões Significativas da Gestão da Água – Região Hidrográfica do Tejo – Informação de Suporte” é estabelecido o conceito subjacente: *“No âmbito dos PGRH, considera-se que são QSiGA as pressões decorrentes de acções antropogénicas sobre as massas de água, os impactos resultantes dessas acções e os aspectos de ordem normativa, organizacional, socioeconómica, ou outros, que dificultem o cumprimento dos objectivos da Lei da Água.”*

3.2.1. Objectivo

No mesmo documento é referido que, *“O objectivo principal deste processo de consulta pública consiste em completar e melhorar o conjunto de questões identificadas neste documento, pelo que se exorta à participação de todas as pessoas singulares ou colectivas, directa ou indirectamente afectadas pela implementação dos PGRH, em particular, a Administração Pública central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais. Este procedimento de participação pública que surge numa fase ainda preparatória dos PGRH, constitui uma oportunidade única, que não pode ser desperdiçada nem pela Administração nem pelas partes interessadas, para a concertação de posições e assumpção de compromissos pelos principais agentes sobre as questões a serem tratadas nos PGRH.”*

3.2.2. Ocorrência

No período de consulta pública das QSiGA que decorreu entre Fevereiro e Julho de 2009, tiveram lugar sessões públicas com diferentes âmbitos, promovidas pelo INAG, I.P. em colaboração com a ARH do Tejo, I.P., nos locais e datas seguidamente apresentadas:

Quadro 1.3 – Locais e datas das Sessões Públicas

Local	Bacia Hidrográfica	Data
Abrantes – Conselho de Região Hidrográfica da ARH do Tejo, I.P.	Tejo e Ribeiras do Oeste	15/04/2009
Alcântara (Espanha) – Sessão conjunta com a <i>Confederación Hidrográfica del Tajo</i> de Espanha	Tejo	23/04/2009
Castelo Branco	Tejo	14/05/2009
Portalegre – Sessão conjunta com a <i>Confederación Hidrográfica del Tajo</i> de Espanha	Tejo	26/05/2009
Santarém	Tejo	18/06/2009

3.2.3. Divulgação

A divulgação deste evento de participação pública, ocorreu através dos seguintes meios:

- Disponibilização de documentos nos *sítes* da ARH do Tejo, I.P. e INAG, I.P.;
- Apresentações públicas nacionais, promovidas pela ARH do Tejo, I.P. e INAG, I.P., no primeiro trimestre de 2009;
- Sessões públicas conjuntas Portugal/Espanha;
- Conselho da Região Hidrográfica (CRH);
- Correio electrónico (*e-mail*);
- Folheto de divulgação;

- Anúncio em jornais nacionais;
- *Internet*: www.inag.pt e www.arhtejo.pt;
- Criação de endereços de *e-mail* específicos: qsigat@arhtejo.pt.

O programa e os objectivos das sessões foram divulgados através de *e-mail* e por ofício dirigido a uma vasta lista de entidades diferenciadas pela sua relevância para o sector recursos hídricos, quer a nível nacional, quer a nível regional ou local.

A referida lista de entidades integrou todos os representantes que fazem parte do CRH Tejo, as entidades da administração central e regional na área dos recursos hídricos, todas as câmaras municipais integradas na área de actuação, as juntas de freguesia (dos distritos confinantes, caso a caso, em função do local de realização da sessão) e autoridades locais (em função do local da sessão, governo civil, SEPNA e bombeiros). A lista de divulgação incluía ainda empresas gestoras, associações de utilizadores da região hidrográfica e ONGA nacionais, regionais ou locais.

A divulgação dos objectivos e do calendário global foi ainda realizada por nota de imprensa e em jornal diário nacional de grande tiragem. Foi efectuada a publicação do programa de cada sessão em jornais semanários locais.

3.2.4. Resultados / Conclusões

Depois da realização das sessões públicas relativas às QSiGA, foram sistematizados no documento “Questões Significativas da Gestão da Água – Planos de Gestão de Região Hidrográfica – Resultados Preliminares do Procedimento de Participação Pública”, os contributos dos interessados que, sempre que possível, adoptam a denominação da lista de potenciais QSiGA:

- Impacte das alterações climáticas na avaliação das afluências e das necessidades e respectiva garantia;
- Alterações do regime de escoamento (devido a alterações hidromorfológicas);
- Escassez de água;
- Influência dos incêndios florestais e do coberto florestal no ciclo da água;
- Reabilitação das infra-estruturas hidráulicas na perspectiva do uso eficiente da água;
- Satisfação de caudais ambientais condicionando usos instalados;
- Conflitos de usos – uso hidroeléctrico e usos de turismo e lazer;
- Risco de não sobrevivência de espécies migradoras (devido a alterações hidromorfológicas);
- Redução da biodiversidade;
- Gestão integrada de equilíbrios ecológicos e de usos;
- Efeito barreira das barragens no transporte de sedimentos para jusante;
- Alterações da dinâmica sedimentar (assoreamento do Rio Tejo no troço a jusante de Valada);
- Valorização do património natural associado aos recursos hídricos;
- Monitorização da radioactividade;
- Monitorização de infestantes;
- Desenvolvimento de programas de investigação na área de recursos hídricos;
- Divulgação de informação actualizada sobre recursos hídricos;
- Avaliação das medidas implementadas insuficientes.

Na sessão pública conjunta Portugal/Espanha, que decorreu a 23 de Abril de 2009, em Alcântara (Espanha), foi produzida pela *Confederación Hidrográfica del Tajo* uma acta, com as conclusões desta sessão, de onde se destacam as seguintes:

- “Para os troços fronteiriços dos rios Tejo, Erges e Sever, foram propostos objectivos comuns de protecção ambiental e desenvolvimento sustentável conforme estabelecido na DQA e no quadro legal dos 2 países, bem como na cooperação de desenvolvimento dos respectivos programas de medidas para manter ou melhorar o estado químico e ecológico das massas de água transfronteiriças;
- Fomentar o intercâmbio de informação e dados, especialmente nos períodos de cheias e secas, bem como a proposta de projectos comuns de investigação de interesses para os dois países, integrados na Convenção de Albufeira sobre a cooperação para a protecção e aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas hispano-portuguesas, assinado pelos dois países em 1998;
- Em relação ao Parque Natural do Tejo Internacional (em ambos os territórios), propuseram projectos de protecção adicional dos cursos de água e dos ecossistemas associados”.

3.2.5. Produtos

Foi realizada uma avaliação preliminar, do evento participativo, desenvolvida no documento “Questões Significativas da Gestão da Água – Resultados Preliminares do Procedimento de Participação Pública”.

Informação mais detalhada de apoio ao presente evento de participação pública, encontra-se disponível nos documentos designados por “Questões Significativas da Gestão da Água – Região Hidrográfica do Tejo – Informação de suporte” e “Questões Significativas da Gestão da Água – Região Hidrográfica do Tejo”.

3.3. PROJECTO DO PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO

A abordagem preconizada pelo *Working Group* da Comissão Europeia que produziu as Linhas Orientadoras (*Guidelines*) para os processos de participação no âmbito da Directiva Quadro da Água - DQA (REF, 2007), defende que os processos participativos alargados não só devem envolver activamente os participantes, mas também constituir formas de aprendizagem para uma cidadania activa e interventiva.

A equipa da Participação Pública Activa desenvolveu para estas sessões uma metodologia estruturada, faseada e interactiva, no sentido de encorajar e potenciar a geração de contributos efectivos por parte dos participantes, proporcionando um ambiente de trabalho estimulante, apropriado ao diálogo informado e alargado.

O desenvolvimento de um plano desta natureza exige, de acordo com o enquadramento legal, que se envolva activamente um público bastante alargado, recolhendo os seus contributos. Isto permite que os interessados, trabalhando em conjunto, expressem interesses e necessidades sentidas, enriquecendo o processo com um leque diversificado de ideias e perspectivas de quem vive na região hidrográfica do Tejo.

Numa fase posterior, mais a longo prazo, e alimentado pela construção de redes sociais durante este processo de envolvimento, este projecto poderá constituir uma base imprescindível para encorajar o desenvolvimento e a criação de parcerias co-responsáveis na gestão de recursos hídricos da sua região, e alargar o espectro na exploração de alternativas e na prossecução de soluções inovadoras.

Ao aproximar o plano às necessidades efectivas dos cidadãos, contribui-se para um grau mais elevado de co-responsabilização, essencial para uma gestão sustentável de recursos hídricos a longo prazo.

A realização destes eventos participativos centrou-se assim nos seguintes objectivos:

- Capacitar os participantes para um futuro comum, através da sensibilização e consciencialização face às suas realidades, visando a sua co-responsabilização e gerando agentes de mudança activos e interventivos;
- Apoiar e informar a equipa técnica responsável pela elaboração do PGRH Tejo, sobre as sensibilidades e as preocupações destes grupos alargados, com contributos que possam ser úteis às suas componentes.

3.3.1. 1.º Eventos Participativos do Plano

Já na fase de desenvolvimento dos trabalhos do PGRH, que tiveram início em Maio de 2010, decorreram os 1.ºs Eventos Participativos do PGRH Tejo, estruturados como se apresenta em seguida.



3.3.1.1. 1.º Fórum de Participação Pública Activa

a) Objectivo

O 1.º Fórum de Participação Pública Activa intitulado “Convergindo para uma Visão Comum – Tejo 2030”, teve como objectivo a “Construção de uma Visão: Tejo 2030!”, num espaço aberto ao debate, onde foram envolvidos todos os interessados em participar e em colaborar, tendo sido recolhidos os respectivos contributos.

b) Ocorrência

As sessões deste 1.º Fórum decorreram nos dias 23 de Novembro de 2010 em Castelo Branco (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico) e 25 de Novembro de 2010 em Almeirim (Salão dos Bombeiros Voluntários), entre as 18 e as 21 horas.

c) Divulgação

Nesta fase de desenvolvimento dos trabalhos do PGRH, foi possível actualizar a lista de *stakeholders*/actores-chave para o PGRH Tejo, tendo em conta o universo dos temas em discussão e a importância e abrangência do processo. Assim, para além das entidades representadas no CRH, foram referenciados agentes económicos e outros agentes potencialmente interessados, incluindo nestes, nomeadamente, os meios de comunicação regional e local, a administração autárquica e as distintas organizações da sociedade civil.

O *mix* de Comunicação para o 1.º Fórum de Participação traduziu-se na apresentação do Filme “Claro como Água”, na dinamização da Plataforma Electrónica de apoio ao Processo de Participação Pública *online* (www.planotejo.arhtejo.pt/), na distribuição de cartazes e folhetos nas áreas de influência das sessões (Castelo Branco e Almeirim), no envio de

convites e folhetos a *stakeholders* e em acções de relações públicas (jornais e rádios locais), como ilustram as imagens seguintes.

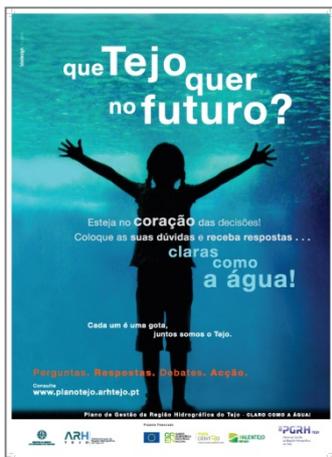


Figura 1.3 – Cartaz



Figura 1.4 – Folheto



Figura 1.5 – Convite



Figura 1.6 – Acções de divulgação pública

Nestas acções de divulgação foram distribuídos e afixados cartazes e folhetos em locais públicos, como juntas de freguesia, bibliotecas e em locais onde a presença do público é frequente, como farmácias, cafés, restaurantes, entre outros.

d) Implementação

Na implementação das 2 sessões do 1.º Fórum de Participação Pública, foi adoptado o programa de trabalhos, contendo as seguintes actividades:

Quadro 1.4 – Programa de Trabalhos

Horário	Actividades
18h-18h15m	<ul style="list-style-type: none"> Recepção/registo dos participantes Actividades preliminares <ul style="list-style-type: none"> Localização e proveniência dos participantes Seleção e priorização dos vectores de desenvolvimento unidimensional
18h15m-18h45m	<ul style="list-style-type: none"> Sessão de Abertura – boas vindas <ul style="list-style-type: none"> Visualização do filme: “Claro como Água” Estrutura dos Planos, Plataforma Colaborativa, Questões Significativas para a Gestão da Água
18h45m-20h30m	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho em Grupos <ul style="list-style-type: none"> Factores Relevantes O Tejo Hoje - SWOT – Sinopse Iniciativas e Acções Que Tejo em 2030?

Horário	Actividades
20h30m-21h	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plenário Final <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Resultados por grupo – Tejo 2030! - Encerramento e Avaliação ▪ Actividades Finais <ul style="list-style-type: none"> - Nova selecção e prototipação dos vectores de desenvolvimento unidimensionais

Da análise da programação destas sessões do 1.º Fórum, identificam-se três partes distintas:

- a primeira parte, contou com uma sessão de boas vindas, apresentação da estrutura do PGRH Tejo e das equipas técnicas responsáveis; identificação dos vários instrumentos disponíveis para o público aceder à informação, permitindo o envolvimento e a participação a vários níveis; foi também feita uma breve nota introdutória à metodologia e aos trabalhos previstos ocorrerem, na sessão pública;
- na segunda parte, os participantes foram organizados em grupos e trabalharam em conjunto, identificando factores relevantes, forças emergentes e de mudança, o que lhes permitiu desenvolver uma macro-cenarização, identificando estratégias que convergiram numa visão conjunta para o Tejo. Isto permitiu recolher o *input* directo dos envolvidos e intervenções desejáveis, por parte deste grupo de interessados;
- na terceira parte – Sessão plenária final – foi feita uma apresentação dos trabalhos de grupo desenvolvidos, permitindo a todos tomarem conhecimento dos resultados e debatê-los.

Estas acções contaram com 15 participantes em Castelo Branco e 33 participantes em Almeirim.



Figura 1.7 – Fotografias das sessões

e) Resultados / Conclusões

Apresenta-se, seguidamente, em síntese, os resultados das sessões de Castelo-Branco e Almeirim, e quais as visões dos participantes para a região hidrográfica.



Figura 1.8 – Visões escolhidas pelos participantes

f) Produtos

Informação mais detalhada relativa às sessões do 1.º Fórum de Participação Pública, encontra-se disponível no documento designado “Relatório do 1.º Fórum de Participação Pública”.

3.3.1.2. Seminários Sectoriais

a) Objectivo

Os Seminários Sectoriais decorreram em simultâneo para o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e para o Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, e tiveram como principais objectivos:

- Identificar e analisar os jogos de alianças e conflitos existentes entre os diversos actores;
- Aferir das ambições e as perspectivas dos actores de cada sector (agricultura/pecuária e pescas/industria/turismo e actividades recreativas/energia);
- Identificar projectos existentes;
- Qualificar a solidez dos projectos, ambições, perspectivas e jogos de alianças e conflitos.

b) Ocorrência

Os Seminários Sectoriais realizaram-se nos dias 30 de Novembro e 2 de Dezembro de 2010, nas instalações da DHV, S.A. (equipa responsável por parte dos temas técnicos do Plano), em Alfragide.

c) Divulgação

Tendo por base a lista actualizada de *stakeholders*/actores-chave para o PGRH Tejo, foram identificados os grupos e entidades consideradas relevantes, no âmbito dos temas em debate, para os quais foram enviados por *e-mail*, convites e efectuadas acções de *telemarketing/telefonemas*, para confirmação de presença.

Quadro 1.5 – Presenças nos Seminários Sectoriais

Sector	Convites Enviados	Confirmações
Agricultura, Pecuária e Pescas	37	16
Indústria	11	1
Turismo e Actividades Recreativas	15	5
Energia	13	3

d) Implementação

Cada seminário encontrava-se organizado em três momentos:

- apresentação dos objectivos dos Planos;
- apresentação dos objectivos dos Seminários;
- análise do sector (1.^a versão de conteúdos dos Planos).

Estas sessões contaram com a presença de convidados e de especialistas que integram as equipas técnicas do Plano, e de 25 participações para sector da agricultura, pecuária e pescas, de 8 participações para o sector do turismo e actividades recreativas e de 3 participações para o sector da energia.

e) Resultados / Conclusões

Nos quadros seguintes apresentam-se as principais conclusões dos Seminários Sectoriais. De referir que estes Seminários decorreram em simultâneo para o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e para o Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste, pelo que algumas das conclusões aqui apresentadas, se ajustam preferencialmente ao Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste.

Quadro 1.6 – Principais Conclusões - Agricultura, Pecuária e Pescas

Principais Conclusões - Agricultura, Pecuária e Pescas
A eficiência da rega é cada vez maior, resultando num acréscimo de rendimentos do agricultor que produz cada vez mais com menos água.
A agricultura está em declínio, concluindo-se que os regadios individuais têm tendência a diminuir, já que não têm existido investimentos no sector e o preço dos produtos agrícolas no produtor estão muito reduzidos, a níveis de há uma década atrás.
Outro constrangimento registado prende-se com a idade avançada da maioria dos agricultores, não existindo uma distribuição etária equilibrada que assegure os níveis de actividade do sector
Considera-se que, nos próximos anos, a área regada na região hidrográfica do Tejo continuará a diminuir, embora a um ritmo inferior ao registado entre 1989 e 1999 (-42%).
A aplicação da taxa de recursos hídricos poderá vir a condicionar o desenvolvimento do regadio.

Quadro 1.7 – Principais Conclusões - Turismo e Actividades Recreativas

Principais Conclusões – Turismo e Actividades Recreativas
O futuro do turismo na região hidrográfica do Tejo está dependente do que ocorrer na cidade de Lisboa e na capacidade que esta apresentar para continuar a afirmar-se como destino de <i>city-break</i> preferencial dos europeus, já que foi dos poucos destinos não afectados pela crise económica.
No resto da região hidrográfica a procura será, na sua maioria, interna.
O ritmo de entrada de novas ofertas turísticas no mercado, sejam empreendimentos, campos de golfe ou outros, tem vindo a derrapar no tempo, sendo o crescimento da oferta inferior ao anteriormente projectado.
No que toca ao desporto náutico considera-se que têm sido efectuados investimentos sem que sejam assegurados os meios e recursos necessários à sua exploração, ficando estas infra-estruturas, após construção, muitas vezes ao abandono.
Considera-se que as autarquias e as operadoras marítimo-turísticas têm um papel muito importante na dinamização da utilização do plano de água para os desportos náuticos, sejam a canoagem, o remo, o mergulho, ou mesmo os passeios.
O Tejo apresenta igualmente um enorme potencial para a pesca desportiva e para a procura interna associada à mesma.

Quadro 1.8 – Principais Conclusões - Energia

Principais Conclusões – Energia
A região hidrográfica do Tejo tem um potencial hidroeléctrico limitado, onde as zonas que apresentam melhores condições encontram-se já em exploração. Os locais ainda disponíveis não permitem a obtenção de retorno financeiro que justifique o investimento
Os concursos lançados pela ARH do Tejo, I.P., para a concessão de mini-hídricas ficaram aquém do desejado, tendo alguns deles ficado sem efeito;
Existem diversos pedidos de licenciamento de unidades de produção de energia, associados a antigas unidades industriais desactivadas e que, aquando do seu funcionamento, possuíam meios de produção eléctrica próprios, nomeadamente nas zonas de Tomar, Alcobaça e Serra da Estrela;
Não se prevê o reforço de potência em nenhum dos aproveitamentos existentes, estando apenas em projecto a construção de um novo empreendimento, no Alvito
Não está prevista a construção de nenhuma central termoeléctrica para esta região, nem a expansão das existentes
Não se considera que a energia das ondas possa ser, no médio prazo, uma fonte alternativa de produção de energia, já que a mesma é ainda experimental.

f) Produtos

Informação mais detalhada relativa aos Seminários Sectoriais, encontra-se no documento designado “Resumo dos Seminários Sectoriais”.

3.3.1.3. Outros Eventos Participativos

a) Acção de Formação

A acção de formação, destinada aos técnicos da ARH do Tejo, I.P. e à equipa de consultores, visou a criação de competências técnicas que permitam a estruturação de espaços de interacção de apoio à participação activa mais alargada, e decorreu no dia 8 de Novembro de 2010, com a duração de 8 horas.

A acção de formação teve como objectivos gerar competências sobre:

- a operacionalização do trabalho de equipas multidisciplinares e intra/inter-institucionais;
- a utilização de ferramentas para a coordenação de grupos diversificados de *stakeholders* com interesses distintos, visando a concertação de estratégias de acção;
- a exploração de técnicas de negociação na resolução de problemas complexos, encorajando soluções colaborativas.

b) Reuniões do Conselho de Região Hidrográfica

O Conselho de Região Hidrográfica (CRH), conforme o Artigo 12.º da Lei da Água, constitui o órgão consultivo da ARH do Tejo, I.P., no qual “...estão representados os ministérios, outros organismos da Administração Pública e os municípios directamente interessados e as entidades representativas dos principais utilizadores relacionados com o uso consumptivo e não consumptivo da água na bacia hidrográfica respectiva, bem como as organizações técnicas, científicas e não governamentais representativas dos usos da água na bacia hidrográfica”.

De entre várias atribuições, compete ao CRH, “Apreciar e acompanhar a elaboração do plano de gestão da bacia hidrográfica e os planos específicos de gestão das águas, devendo emitir parecer antes da respectiva aprovação”.

Durante o período em que decorreram os 1.ºs Eventos Participativos do Plano, ocorreram a 5.ª e 6.ª reunião, em que foi prestada informação aos conselheiros sobre o andamento dos trabalhos das Partes Complementares A e B, respectivamente Avaliação Ambiental Estratégica e Participação Pública, no âmbito do PGRH

Na 5.ª reunião do CRH, que decorreu a 28 de Outubro, no Montijo, foram apresentados os objectivos e como iriam decorrer os processos relativos às Partes Complementares A e B. Neste sentido, informou os conselheiros dos Factores

Críticos para a Decisão definidos no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, da realização do 1.º Fórum de Participação e da criação da Plataforma Electrónica de apoio à Participação Pública deste Plano.

Já na 6.ª reunião do CRH, que decorreu a 14 de Dezembro em Santarém, foram apresentadas as acções de divulgação e de implementação, bem como as conclusões/resultados dos 1.ºs Eventos Participativos, designadamente, 1.º Fórum de Participação e Seminários Sectoriais.



Figura 1.9 – Apresentação da 6.ª reunião do CRH

3.3.1.4. Integração dos Resultados dos 1.ºs Eventos Participativos no Plano

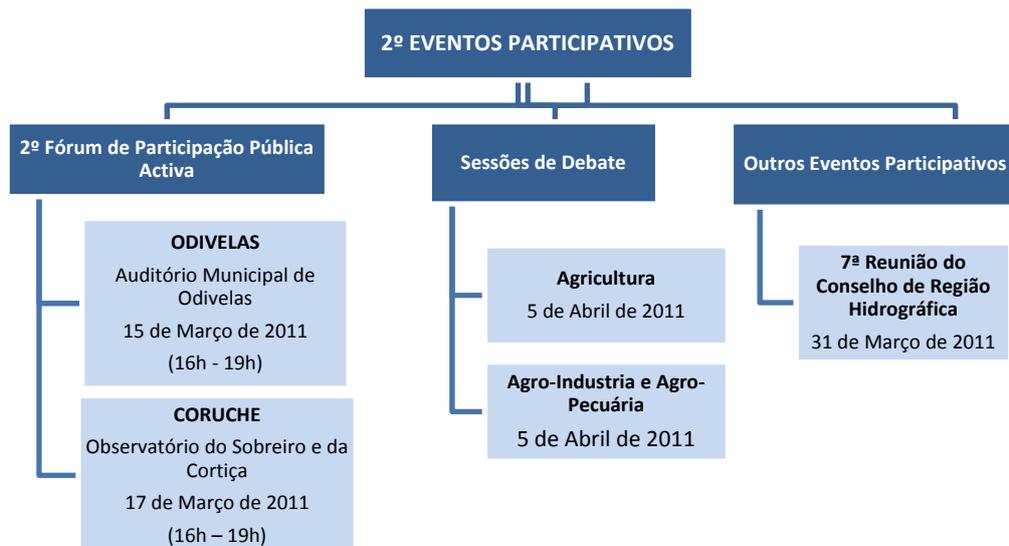
No que se refere à integração dos resultados dos 1.ºs Eventos Participativos (1.º Fórum de Participação Pública Activa e Seminários Sectoriais), verificou-se que estes desempenharam um papel na construção dos cenários prospectivos de desenvolvimento dos diversos sectores económicos com impacte nos recursos hídricos, embora com graus de relevância distintos.

As sessões do 1.º Fórum, sendo abertas ao público em geral, permitiram perceber quais as preocupações e aspirações associadas ao Tejo e aos recursos hídricos da região hidrográfica, manifestadas pelos participantes, na selecção das visões para o Tejo do futuro.

Por seu lado, os Seminários Sectoriais, dirigidos aos principais intervenientes em cada um dos sectores, permitiram caracterizar e identificar as tendências mais recentes dos sectores, obter informação relevante adicional para a construção dos cenários, tendo permitido assim balizá-los e, nalguns casos, contribuir para a construção de tendências de crescimento das actividades.

3.3.2. 2.ºs Eventos Participativos do Plano

Numa fase posterior de desenvolvimento dos trabalhos do PGRH, foram realizados dos 2.ºs Eventos Participativos do PGRH Tejo, estruturados como se apresenta nos pontos subsequentes.



3.3.2.1. 2.º Fórum de Participação Pública Activa

a) Objectivo

O 2.º Fórum de Participação Pública Activa teve como objectivos a “identificação e validação das tendências dos sectores de actividade nas sub-bacias hidrográficas da Região Hidrográfica do Tejo” e a “identificação de problemas e definição de medidas”, num espaço aberto ao debate, onde foram envolvidos todos os interessados em participar e em colaborar, tendo sido recolhidos os respectivos contributos.

b) Ocorrência

As sessões do 2.º Fórum decorreram nos dias 15 de Março de 2011 em Odivelas (Audatório Municipal) e 17 de Março de 2011 em Coruche (Observatório do Sobreiro e da Cortiça), entre as 16 e as 19 horas.

c) Divulgação

O *mix* de Comunicação para o 2.º Fórum de Participação no âmbito do PGRH Tejo, traduziu-se na dinamização da Plataforma Electrónica de apoio ao Processo de Participação Pública *online*, na distribuição de cartazes e folhetos nas áreas de influência das sessões (Odivelas e Coruche), no envio de convites e folhetos a *stakeholders* e em acções de relações públicas (jornais e rádios locais).

Foi tida em conta a lista de *stakeholders*/actores-chave para o PGRH Tejo, a qual tem vindo a ser actualizada, integrando participações e entidades que tem vindo a manifestar interesse no presente processo, no âmbito dos temas em debate, tendo sido enviados por *e-mail*, convites e efectuadas acções de *telemarketing*, para confirmação de presença.

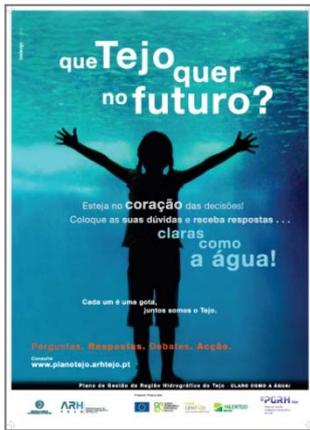


Figura 1.10 – Cartaz



Figura 1.11 – Folheto

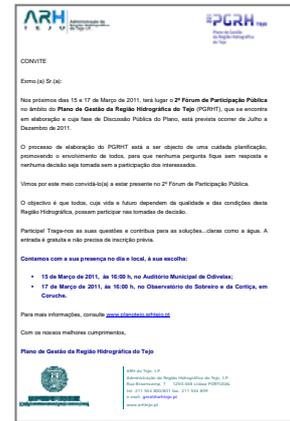


Figura 1.12 – Convite

Nestas acções de divulgação foram distribuídos e afixados cartazes e folhetos em locais públicos, como juntas de freguesia, bibliotecas e em locais onde a presença do público é frequente, como farmácias, cafés, restaurantes.

d) Implementação

Na implementação das duas sessões do 2.º Fórum de Participação Pública foi adoptado o programa de trabalhos, contendo as actividades seguidamente apresentadas.

Quadro 1.9 – Programa de Trabalhos

Horário	Actividades
16h-16h15m	<ul style="list-style-type: none"> Recepção/registo dos participantes Actividades preliminares <ul style="list-style-type: none"> Localização e proveniência dos participantes
16h15m-16h45m	<ul style="list-style-type: none"> Actividade 1: Onde Estamos? <p>Percurso rotativo de visita a 6 estações do Plano</p> <ul style="list-style-type: none"> Faseamento do Plano Participação Pública Actividades de Recreio e Lazer Pressões na Qualidade da Água Usos e Necessidades de Água Cenários
16h45m-17h30m	<ul style="list-style-type: none"> Actividade 2: Validação Interactiva de Cenários <ul style="list-style-type: none"> Identificação por sub-bacias das tendências de evolução (aumento, manutenção, diminuição) de cada sector de actividade (agricultura, pecuária, industria, golfe, piscicultura e aquacultura e recreio e lazer) para os horizontes temporais de 2015, 2021 e 2027 Preenchimento de fichas de trabalho
17h30m-17h45m	<ul style="list-style-type: none"> Actividade 3: Problemas e Medidas <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do ponto de situação dos Planos
17h45m-18h30m	<ul style="list-style-type: none"> ...mas o Plano Continua <ul style="list-style-type: none"> Seleção e definição de medidas para os problemas identificados pelas equipas técnicas dos Planos (agricultura, aproveitamentos hidráulicos, cheias em zonas urbanas, fossas sépticas, qualidade da água, valorização da faixa ribeirinha
18h30m-19h	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação da Actividade 3 e Debate Apresentação das conclusões da Actividade 2
19h	<ul style="list-style-type: none"> Encerramento e Avaliação

Como se pode constatar pelo programa da sessão, estas foram estruturadas em cinco partes distintas:

- A primeira parte contou com um “percurso” pelos trabalhos já realizados – apoiado num conjunto de cartazes - permitindo aos participantes uma “visita ao plano”, inteirar-se sobre o trabalho desenvolvido até à data e solicitar esclarecimentos nas diversas vertentes do Plano.

. Actividade 1: **Onde Estamos ? – Estações do PGRH Tejo**

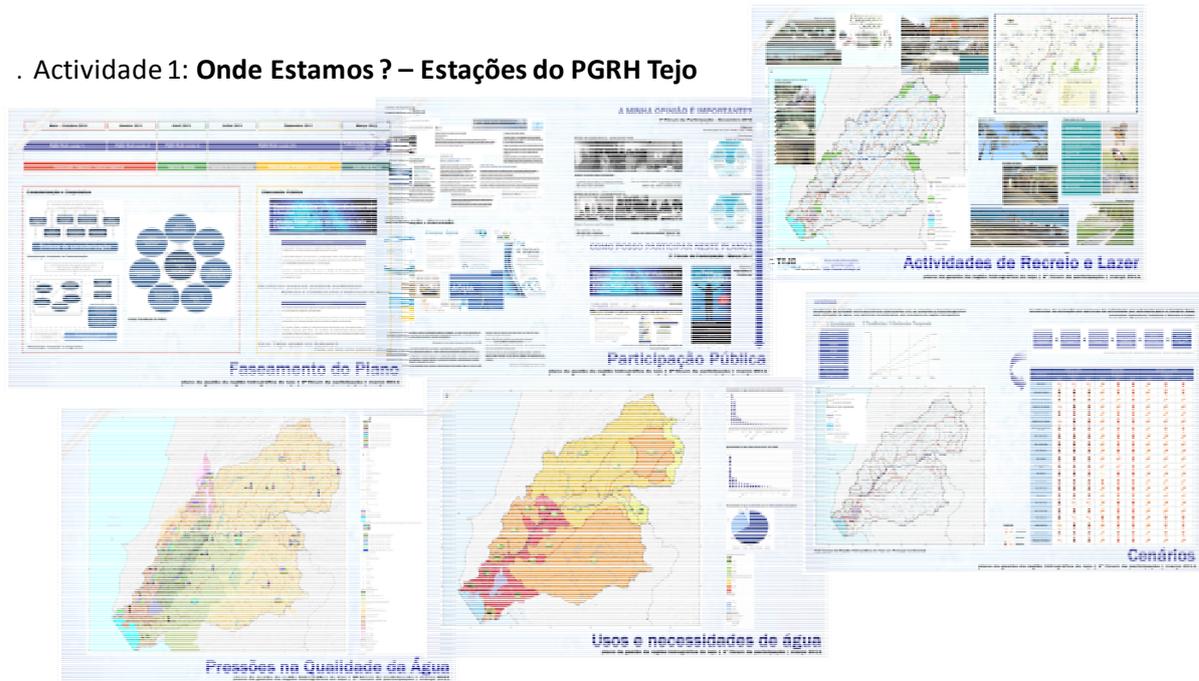


Figura 1.13 – Cartazes “visita ao plano”

- Na segunda parte os participantes foram organizados em grupos, por sub-bacias identificadas na região hidrográfica do Tejo, de acordo com a área com que se encontram preferencialmente relacionados. Após uma breve nota introdutória à metodologia e aos trabalhos previstos para a sessão, os participantes validaram, para as sub-bacias escolhidas, cenários para as diversas actividades analisadas - agricultura, pecuária, indústria, golfe, piscicultura e aquacultura, recreio e lazer - considerados prováveis para os anos 2015, 2021 e 2027. Os participantes justificaram também a sua escolha e expressaram a sua sensibilidade quanto às tendências de evolução, identificando qual seria a proveniência da água, para cada actividade.
- Na terceira parte, foram apresentadas de forma sucinta as fases de elaboração do plano, centrando-se nos seguintes temas:
 - Estado das Massas de Água;
 - Objectivos Ambientais;
 - Diagnóstico/ Identificação de Problemas/QSiGA;
 - Questões relativas às Pressões/Possíveis Causas/Estabelecimento de Medidas.
- Na quarta parte, os participantes deram continuidade ao trabalho em grupo, escolhendo problemas de uma lista pré-definida e identificando medidas para a sua resolução. Esta actividade permitiu recolher o *input* directo dos envolvidos, através das intervenções propostas, por parte deste grupo de interessados;
- Na quinta parte – sessão plenária final – houve uma apresentação dos trabalhos de grupo desenvolvidos, por um dos elementos de cada grupo, permitindo a todos os participantes tomarem conhecimento dos resultados e debatê-los.

Estas sessões contaram com 22 participantes em Odivelas e 29 participantes em Coruche.



Figura 1.14 – Fotografias das sessões

e) Resultados / Conclusões

Apresentam-se seguidamente os resultados de duas das actividades desenvolvidas nas sessões de Odivelas e de Coruche, designadamente, Validação Interactiva de Cenários e Problemas e Medidas.

Actividade 2: Validação Interactiva de Cenários

A actividade teve como objectivo auscultar a sensibilidade dos participantes quanto à evolução tendencial por sector de actividade, visando uma posterior aferição dos resultados obtidos pela componente da análise económica, atendendo aos contributos dos participantes.

A interactividade assegurada nesta actividade proporcionou aos participantes espaços para debaterem as suas perspectivas individuais e consensualizarem uma resposta. Assim sendo, verificou-se intercâmbio de conhecimentos pessoais e foi construído conhecimento comum, uma das mais-valias relevantes reportadas para estes processos, para além dos produtos específicos resultantes das sessões.

Os resultados desta actividade constituíram uma contribuição valiosa para o desenvolvimento dos trabalhos do Plano, bem como da sua implementação, dado que permitiram identificar áreas menos consensuais entre a formulação técnica da evolução futura (cenário base) e as dos participantes, permitindo aferir tendências.

Neste sentido foi solicitado aos participantes no Fórum que validassem e trabalhassem as tendências para as sub-bacias por eles seleccionadas, tendo estado disponíveis fichas desta actividade, na Plataforma Electrónica de apoio ao processo de Participação Pública do Plano (www.planotejo.arhtejo.pt), permitindo recolher contributos de um público alargado.

Actividade 3: Problemas e Medidas

Os grupos foram entretanto convidados a seleccionar alguns dos problemas, identificados no âmbito das componentes dos recursos hídricos superficiais e dos recursos hídricos subterrâneos, e a propor medidas que, na sua perspectiva, fossem as mais adequadas para a resolução dos mesmos. Para este efeito, tiveram de seleccionar e recolher da exposição de problemas disponibilizados, aqueles que preferissem trabalhar, procedendo ao preenchimento de uma ficha de trabalho, para o problema escolhido. Esta actividade foi, após a realização do 2.º Fórum, disponibilizada na Plataforma Electrónica (www.planotejo.arhtejo.pt), para possibilitar a contribuição de todos os potenciais interessados, mediante posterior preenchimento.

Os problemas apresentados, para selecção pelos participantes, foram os seguintes:

- Agricultura – fraca aplicação das Boas Práticas na agricultura (ex: excesso de químicos);
- Aproveitamentos hidráulicos – não satisfação de caudais ambientais para a manutenção do ecossistema e da qualidade da água para jusante;
- Cheias em zonas urbanas – grandes áreas impermeabilizadas;
- Espalhamento no solo de efluentes pecuários – ausência de licenciamento e controlo;
- Fossas sépticas – deficiente localização e caracterização;
- Furos – falta de licenciamento;
- Lagares e matadouros – tratamento de efluentes não adequado;
- Lixeiras seladas – controlo insuficiente;
- Minas activas e abandonadas – controlo insuficiente;
- Monitorização dos recursos hídricos – rede actual de pontos inadequada;
- Qualidade da água – descarga directa de águas residuais urbanas sem tratamento;
- Qualidade da água – insuficiente tratamento de efluentes gerados pela população e actividades económicas;
- Quantidade da água – perdas elevadas nos sistemas e usos instalados;
- Suiniculturas e aviários – tratamento de efluentes não adequado;
- Valorização do Rio e das margens – falta de equipamentos e de espaços de usufruto e lazer.

Esta fase de trabalhos permitiu aos participantes contribuírem com propostas para dar resposta aos desafios que se colocam, nas sub-bacias da região hidrográfica do Tejo.

As partes tiveram ainda a oportunidade de identificar no mapa disponibilizado para o efeito, os locais de ocorrência dos problemas, mediante localização geográfica dos mesmos, tendo estes registos sido posteriormente digitalizados.

f) Produtos

Informação mais detalhada relativa às sessões do 2.º Fórum de Participação, encontra-se no documento designado “Relatório do 2.º Fórum de Participação Pública”.

3.3.2.2. Sessões de Debate

As Sessões de Debate sobre as temáticas Agricultura, Agro-Pecuária e Agro-Indústria, decorreram em simultâneo para o PGRH Tejo e para o PBH Ribeiras do Oeste.

a) Objectivo

A realização destas sessões, nesta fase do trabalho, visou a recolha de informação específica sobre cada sector económicos em análise, de forma a perceber como é que a mesma se poderá desenvolver no futuro e que impacte terá esse desenvolvimento nos usos e necessidades de água associados e no meio hídrico.

As Sessões de Debate tiveram por objectivos a “Validação da caracterização e do diagnóstico da região hidrográfica do Tejo e das bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste”, a “Validação da proposta de tendências de evolução futura dos sectores, em análise, tendo por base informação produzida no âmbito do Plano” e a “Análise da relação dos sectores com o cumprimento dos objectivos ambientais e medidas correctivas a implementar”.

As sessões ocorreram num espaço de discussão e confrontação de opiniões, como contributo para as opções de desenvolvimento a definir, bem como a mobilização dos agentes para o processo de implementação dos Planos, atribuindo-lhes a responsabilidade de acompanharem e validarem as opções de desenvolvimento estabelecidas.

Nestas sessões estiveram presentes representantes de grupos e entidades consideradas relevantes no âmbito dos temas em debate e localizadas na área de abrangência dos referidos Planos.

b) Ocorrência

Estas sessões decorreram no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA) em Santarém, entre as 09h e 30m e as 13h e 30m (Sessão de Debate de Agricultura), e entre as 14h e 30m e 17h (Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária).

c) Divulgação

A divulgação destas Sessões de Debate teve início nas sessões do 2.º Fórum de Participação Pública que decorreram em Odivelas e Coruche, a 15 e 17 de Março, e na 7.ª Reunião do Conselho da Região Hidrográfica do Tejo.

Tendo por base a lista actualizada de *stakeholders*/actores-chave para o PGRH Tejo, foram identificados os grupos e entidades consideradas relevantes, no âmbito dos temas em debate, resultando em cerca de 150 *stakeholders*/actores-chave, para os quais foram enviados por *e-mail*, convites. Esta acção decorreu em dois momentos distintos:

- 1.º momento - envio de convite no dia 25 de Março;
- 2.º momento - envio de convite-recordatória e documentação de suporte à sessão, no dia 1 de Abril.

Foram ainda efectuadas acções de *telemarketing* dirigidas às entidades contactadas por *e-mail*, para confirmar as presenças.

d) Implementação

Na implementação das Sessões de Debate foram adoptados os programas de trabalhos, contendo as actividades seguidamente apresentadas:

Quadro 1.10 – Programa de Trabalhos

Horário	Actividades da Sessão de Debate de Agricultura
9h30m – 9h45m	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção/Registo dos participantes
9h45m – 10h	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura da Sessão
10h – 10h30m	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentações pelas equipas dos Planos
11h – 11h30m	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Coffe-break</i>
11h30m – 12h45m	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão moderada por tema, com registo das questões em ficha própria
12h45m – 13h	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusões e encerramento • Preenchimento de ficha de avaliação

Quadro 1.11 – Programa de Trabalhos

Horário	Actividades da Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária
14h30m – 14h45m	<ul style="list-style-type: none"> • Recepção/Registo dos participantes
14h45m – 15h	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura da Sessão
15h – 15h30m	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentações pelas equipas dos Planos
15h30m – 16h00m	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Coffe-break</i>

Horário	Actividades da Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária
16h – 17h45m	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão moderada por tema, com registo das questões em ficha própria
17h45m – 18h	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusões e encerramento • Preenchimento de ficha de avaliação

Como se pode constatar pelos programas das sessões, estas estruturaram-se em dois momentos distintos:

- Um primeiro momento de carácter informativo, onde para além da sessão de abertura, foram feitas apresentações pelas equipas dos Planos, com o intuito de enquadrar todos os presentes, às temáticas em debate;
- No segundo momento, de carácter interactivo, os participantes tiveram oportunidade de colocar às equipas presentes, os seus comentários, opiniões, dúvidas e sugestões de melhoria aos temas em debate. Foi ainda solicitado aos participantes que preenchessem uma ficha de avaliação da sessão, a qual permitia destacar as principais questões sobre os temas em análise, identificar outras questões que deverão estar reflectidas nos planos e ainda, avaliar a Sessão de Debate.

e) Resultados / Conclusões

Apresentam-se seguidamente os resultados das duas Sessões de Debate.

Sessão de Debate de Agricultura

Quadro 1.12 – Principais Conclusões – Sessão de Debate de Agricultura

Principais Conclusões - Sessão de Debate de Agricultura
Desactualização dos dados de base, que poderá conduzir a uma situação de referência errada e conseqüentemente ao estabelecimento de medidas desadequadas. Neste sentido foi proposta a utilização de outras fontes de informação, para além das utilizadas, o relatório AGRO GES ou ainda através de uma parceria/cooperação entre o IFAP e a ARH do Tejo, I.P.
A região hidrográfica do Tejo não apresenta problemas ao nível da disponibilidade de água para rega, e o consumo de água para rega tem tendência a diminuir. A região hidrográfica das Ribeiras do Oeste, por sua vez, apresenta problemas ao nível da disponibilidade de água para rega e a tendência do consumo de água para este fim é de aumento, atendendo ao crescimento da horticultura.
Necessidade de articulação entre as equipas técnicas do Plano e as entidades competentes do sector agrícola, nomeadamente as Associações de Regantes e Beneficiários,
O investimento nos regadios colectivos é maioritariamente de carácter público, pelo que, atendendo à situação económica actual, não são espectáveis grandes investimentos.
O sector agrícola não deve ser considerado exclusivamente como fonte poluidora, uma vez que este desempenha muitas vezes um papel importante na manutenção do bom estado das massas de água.
A existência de muitos condicionamentos à aplicação das lamas provenientes das ETAR, constitui um constrangimento à implementação desta prática.
O Código de Boas Práticas Agrícolas constitui uma óptima ferramenta para a prevenção da contaminação das massas de água por nitratos. No entanto, algumas das medidas expressas neste documento deverão ser alvo de revisão de forma a serem exequíveis e aplicáveis na prática. Estas deverão reflectir uma perspectiva de melhoria contínua.
A metodologia utilizada para o cálculo do balanço de azoto das explorações poderá estar inadequada. Como tal, foi proposto que neste cálculo se considere as explorações como um todo.
Ao nível da monitorização, foi proposta a utilização de isótopos de azoto que permitem identificar a origem da contaminação difusa das massas de água subterrâneas. Esta medida deverá ser suportada por uma rede de monitorização adequada, eficiente e fiável.
A utilização de pesticidas e conseqüente contaminação das massas de água subterrâneas não constitui actualmente um problema, dada a legislação em vigor e evolução dos mesmos.
A importância das sessões de debate ou de eventos deste tipo, para troca de informação e conhecimentos entre as equipas técnicas do Plano e as entidades/organizações agrícolas ou outras partes interessadas.

Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária

Quadro 1.13 – Principais Conclusões – Sessão de Debate de Agro-Indústria e Agro-Pecuária

Principais Conclusões - Sessão de Agro-Indústria e Agro-Pecuária
“Facilitação” da legislação para a valorização dos estrumes e efluentes provenientes de instalações de gado.
O valor médio diário das necessidades de água dos bovinos é de 75 l/dia, para os bovinos leiteiros, e de 40 l/dia para os restantes. Este valor é 8 l/dia no caso dos suínos, e de 8 l/dia para o caso dos ovinos e caprinos. Estes valores são directamente proporcionais à temperatura.
A captação de água para abastecimento do gado é maioritariamente superficial. A captação de águas subterrâneas para este propósito não é muito utilizada, atendendo aos volumes necessários, tornando esta solução pouco atractiva do ponto de vista económico.
A distribuição do gado pelo terreno, não constitui um problema, atendendo à fraca concentração do número de cabeças de gado existente por hectare.
Inexistência de um levantamento exaustivo das explorações de gado existentes.
As pequenas instalações de gado constituem um problema muito grave, ao nível das descargas ilegais. Ainda que o volume descarregado, por estas instalações, seja pequeno existem inúmeras instalações de pequena dimensão a fazerem descargas ilegais.
Como medidas de combate às explorações ilegais de gado foram propostas: <ul style="list-style-type: none"> • licenciamento de furos de água a partir de 5 cavalos, em regiões de pequena propriedade; • cruzamento de dados das várias entidades existentes: direcção geral de veterinária, matadouros, SIRCA, SIRA, direcção geral ou regional de agricultura e REAP, entre outros. Estes dados deverão estar homogeneizados e uniformizados entre os vários organismos que os produzem; • criação de uma ETAR que recolhesse os efluentes das pequenas instalações.
A importância das sessões de debate ou de eventos deste tipo, para troca de informação e conhecimentos entre as equipas técnicas do Plano e as entidades/organizações agro-pecuárias e agro-industriais, ou outras partes interessadas.

f) Produtos

Os resultados das duas sessões de debate e outra informação complementar, encontram-se presentes no “Relatório das Sessões de Debate Agricultura, Agro-Indústria e Agro-Pecuária”.

3.3.2.3. Outros Eventos Participativos

a) Reunião do Conselho de Região Hidrográfica

Durante o período em que decorreram os 2.^{os} Eventos Participativos do Plano, realizou-se a 7.^a reunião do CRH, dia 31 de Março de 2011.

Nesta reunião de CRH foi apresentado o Relatório de Definição de Âmbito (Parte Complementar A – Avaliação Ambiental) do PGRH Tejo, a ser disponibilizado na Plataforma Electrónica, com acesso reservado, o procedimento para acesso ao documento e solicitado parecer aos conselheiros.

Foram apresentadas ainda as acções de divulgação e de implementação, bem como as conclusões/resultados dos 2.^{os} Eventos Participativos, designadamente, 2.^o Fórum de Participação e sessões de Debate.

3.3.2.4. Integração dos Resultados dos 2.^{os} Eventos Participativos no Plano

A integração dos resultados dos 2.^{os} Eventos Participativos no Plano, efectuou-se a dois níveis distintos:

- contributos recolhidos nas sessões do 2.^o Fórum de Participação Pública Activa, no que se refere à identificação e validação das tendências dos sectores de actividade nas sub-bacias hidrográficas definidas na região hidrográfica do Tejo foram tidos em conta na aferição dos cenários prospectivos do Plano e no que respeita aos problemas e medidas identificados, foram considerados e integrados, aquando da elaboração do Programa de Medidas;

- contributos recolhidos nas sessões de Debate relativos às temáticas Agricultura, Agro-Pecuária e Agro-Indústria, foram tidos em conta nos trabalhos do PGRH Tejo, suportados por informação actualizada, disponibilizada pelas entidades envolvidas, posteriormente à realização das sessões de Debate.

Esta informação actualizada, contribuiu para aferir conteúdos no Plano, nomeadamente:

- áreas e consumos de água nos principais aproveitamentos hidroagrícolas;
- ocupação cultural no que respeita às principais culturas regadas na área abrangida pela região hidrográfica do Tejo;
- volumes totais de água necessários para rega, a partir das necessidades totais de água e das respectivas áreas regadas, para todos os tipos de regadios considerados;
- necessidades de água para a pecuária.

3.3.3. Consulta Pública do Plano

O período estabelecido na legislação para Consulta Pública do Plano, com uma duração de 6 meses, está previsto ocorrer de Julho de 2011 a Janeiro de 2012.

3.3.3.1. Sessões de Participação Pública

a) Objectivo

O objectivo destas sessões é a apresentação dos conteúdos do Plano e o envolvimento dos *stakeholders* e população em geral na gestão dos recursos hídricos, promovendo o diálogo destes com a Administração, tendo em vista o debate de problemas e a procura de soluções.

b) Ocorrência

Estão previstas sessões de Participação Pública, designadamente com:

- *Stakeholders/actores-chave*, com o objectivo de apresentar o Plano e discutir a promoção e a exequibilidade técnica e/ou financeira das medidas propostas, seguido de espaço de debate para esclarecimento de dúvidas e recolha de contributos;
- Representantes de Espanha, no âmbito da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), com o objectivo da coordenação e articulação deste plano de gestão da região hidrográfica internacional;
- *Stakeholders/actores-chave* e Público em geral, com o objectivo de apresentar o Projecto do Plano, seguido de espaço de debate para esclarecimento de dúvidas e recolha de contributos.

c) Divulgação

O *mix* de comunicação e divulgação das sessões de Participação Pública, incluirá:

- distribuição de cartazes existentes;
- produção e distribuição de novos folhetos;

- divulgação na plataforma electrónica do PGRH Tejo;
- divulgação nos *media*;
- divulgação do filme produzido;
- inquéritos de opinião;
- envio de convites, ofícios e *e-mails* aos *stakeholders*/actores-chave;
- acções de *telemarketing* e redes sociais;
- entrevistas em estações de rádio e televisão.

d) Resultados / Conclusões

Os resultados da primeira parte deste processo de Participação Pública serão sistematizados e analisados a meio do período obrigatório de consulta, com vista à sua avaliação e eventual alteração de metodologias e procedimentos a pôr em prática na segunda parte do período de consulta.

Após a conclusão do período obrigatório de 6 meses de realização dos eventos previstos, os resultados serão tratados e analisados, no sentido de serem tidos em conta na proposta de Plano, a submeter à aprovação.

Esta análise será incorporada nos documentos finais do Plano.

3.3.4. Plataforma Electrónica de Participação Pública do Plano

A Plataforma Electrónica de Participação Pública do PGRH Tejo encontra-se online desde 22 de Novembro de 2010, e tem como objectivos:

- disponibilização da informação – disponibilizar a informação do plano, divulgar os eventos participativos e os relatórios dos mesmos;
- consulta pública – recolher de comentários, observações e contributos, e assegurar a divulgação ao público e às partes interessadas;
- envolvimento activo – divulgar os eventos participativos ao público e às partes interessadas.

Durante o processo de elaboração do PGRH Tejo, a Plataforma tem, por um lado recepcionado contributos e pedidos de informação sobre o Plano e por outro, tem desenvolvido acções de divulgação nomeadamente o envio de convites aos *stakeholders*/actores-chave por *e-mail*, para as sessões dos eventos participativos.

A Plataforma foi ainda utilizada como ferramenta complementar aos eventos participativos, de que são exemplo o preenchimento das Fichas para a Validação de Cenários e a identificação de Problemas e Medidas, duas das actividades desenvolvidas nas sessões do 2.º Fórum de Participação Pública.

Para informação mais detalhada, poderá ser consultada a Plataforma Electrónica de Participação Pública do PGRH Tejo em www.planotejo.arhtejo.pt.



Figura 1.15 – Plataforma Electrónica de apoio á Participação Pública

3.3.5. Filme – Claro como Água

De forma a divulgar o Plano e encorajar a participação de todos, foi realizado o Filme “Claro como a água”, com uma mensagem do Presidente da ARH do Tejo, I.P. e informação sobre a região hidrográfica do Tejo, que se encontra disponível em <http://www.arhtejo.pt> e <http://www.planotejo.arhtejo.pt/liferay/home>.



Figura 1.16 – Filme – Claro como Água

3.3.6. Estudos Piloto do Plano

Está prevista a realização de uma Sessão para apresentação e discussão dos Estudos-Piloto no âmbito do projecto do PGRH Tejo, que irá incluir a realização de actividades (experimentação de modelos de participação pública e de gestão de recursos hídricos) relacionadas com as áreas abrangidas (Sub-bacias Rio Alviela e Rio Sorraia e Sistema Aquífero de Escusa).

A definição das metodologias a implementar e respectiva logística, ocorrerá durante o período inicial de Consulta Pública do Plano.

3.3.6.1. Resultados do Processo de Participação Pública para os Estudos Piloto

Os resultados deste processo de participação pública serão sistematizados após a conclusão do período de realização dos eventos previstos, e serão tidos em conta no desenvolvimento dos trabalhos e nas propostas técnicas decorrentes da realização dos Estudos-Piloto.

4. PROPOSTA PARA O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA PARA AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E DE REVISÃO DO PLANO

Após a conclusão do período de Consulta Pública será apresentada uma proposta de melhoria ao processo de Participação Pública do Plano para as fases de implementação e de revisão, tendo em conta a experiência adquirida com os eventos promovidos, durante a elaboração do Plano.

5. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE BASE

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei da Água e na Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro, indicam-se na página seguinte os contactos e locais para a obtenção de informação e dos documentos de apoio.

Informações adicionais:

Internet:

<http://www.arhtejo.pt>

<http://www.planotejo.arhtejo.pt>

<http://www.inag.pt>

<http://www.portaldocidadao.pt>

Correio electrónico:

geral@arhtejo.pt

Morada/Contactos:

ARH do Tejo, I.P. – Lisboa

Rua Braamcamp, n.º 7

1250-048 Lisboa

Gabinete Sub-Regional do Oeste - Caldas da Rainha

Gabinete Sub-Regional do Médio e Alto Tejo – Santarém

Horário de atendimento ao público:

de 2.^a a 6.^a feira, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00



Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território



Administração da
Região Hidrográfi-
ca do Tejo I.P.

